

Cooperação financeira e o financiamento da infra-estrutura na América do Sul*

Financial cooperation and the financing of infrastructure in South America

SIMONE S. DE DEOS | simonedd@uol.com.br

Professora no IE/Unicamp e pesquisadora do Centro de Relações Econômicas Internacionais do IE-Unicamp, Brasil.

RUBIA WEGNER | rubicawegner@gmail.com

Mestranda em Desenvolvimento Econômico no IE-Unicamp e pesquisadora do Centro de Relações Econômicas Internacionais do IE-Unicamp, Brasil

Recebimento do artigo 31-ago-10 | **Aceite** 15-out-10.

Resumo Este artigo objetiva discutir a cooperação financeira regional na América do Sul a partir da atuação de CAF, Fonplata e BNDES no financiamento de investimentos em infra-estrutura que visem adensar a conexão física regional. Procura-se mostrar que a atuação das três instituições financeiras acima citadas no financiamento de obras de infra-estrutura – especialmente no que diz respeito a transportes e energia elétrica – é aspecto importante do regionalismo dos anos 2000 e uma forma de aprofundar a integração sul-americana. **Palavras-chave** cooperação financeira regional; regionalismo; infra-estrutura regional, financiamento da integração.

Abstract This paper intends to discuss the regional financial cooperation in South America focusing the role of CAF, BNDES and Fonplata in the financing of investment in infrastructure in South American, especially those related to improve the physical connection between the countries. It attempts to show that the performance of the three above-mentioned financial institutions in the financing of infrastructure – especially in transportation and electricity – is an important aspect of the regionalism in the 2000s. **Key-words** regional financial cooperation; regionalism; regional infrastructure.

* Este trabalho deriva em parte das investigações realizadas no âmbito do projeto PIB, realizado pelo IE-UFRJ e IE-Unicamp com apoio financeiro do BNDES. Agradecemos aos pareceristas anônimos dessa revista pelas sugestões apresentadas, isentando-os, como de praxe, de erros e omissões remanescentes.

Introdução

Inseridos em distintos contextos econômicos, ideológicos e políticos, os objetivos dos projetos de integração regional modificam-se ao longo do tempo. Na América Latina, nos anos 1960 e 1970, entendia-se que a integração deveria apoiar um projeto com vistas à superação dos obstáculos estruturais ao processo de industrialização, principalmente aqueles relacionados com a dimensão dos mercados e com a necessidade de transpor os limites criados à produção de bens de capital, bem como de minimizar a vulnerabilidade externa dos países da região (Furtado, 2000). Nos anos 1990, contudo, a tônica do discurso integracionista passou a ser a liberalização dos mercados e, nesse contexto, os esquemas de integração deveriam fomentar o comércio internacional. Nessa concepção, supunha-se que a liberalização comercial entre as economias-parte de um acordo de integração ampliaria o mercado regional de maneira a promover certa especialização entre os setores das economias, bem como redução de custos e ganhos de escala (Corazza, 2006). Essa concepção foi denominada “regionalismo aberto”.

Apesar de algumas iniciativas mais ambiciosas, os blocos econômicos sul-americanos¹ pouco avançaram para formas mais profundas de integração, vale dizer, para além de zonas de livre comércio. O Mercosul, por exemplo², concebido pelo Tratado de Assunção (1991) para formar um mercado comum, não passa de uma união aduaneira imperfeita (Sáez, 2008), dado que somente 10% das importações do bloco são regidas pela tarifa externa comum (Motta-Veiga e Rios, 2007). Além disso, uma ampla rede de acordos bilaterais e multilaterais de comércio foi tecida no continente, sendo que acordos datados dos anos 1960/70 foram renovados sob os auspícios do paradigma de integração dos anos 1990, o chamado regionalismo aberto. Ademais, no auge do regionalismo aberto, não havia uma estratégia bem definida para construção de um espaço sul-americano integrado, o que efetivamente começou a mudar em 2000, quando os doze presidentes sul-americanos se reuniram, no Brasil, para debater temas mais amplos em relação a uma estratégia econômico-comercial (Couto, 2007). A partir dessa reunião aprofundaram-se³ as discussões em torno da construção de um projeto sul-americano,

1 Coexistem na América do Sul os acordos do Mercosul e Comunidade Andina, além dos acordos bilaterais de comércio que alguns países firmaram com terceiros, como os EUA, por exemplo.

2 Bloco cujo PIB, em 2008, foi equivalente a 67% do PIB da América do Sul (FMI, 2010).

3 Não é nosso objetivo, nesse trabalho, comparar as diferenças e semelhanças nos governos Fernando Henrique e Lula quanto ao tratamento da questão sul-americana. Para esse ponto recomendamos a leitura de Couto (2010), que traz uma atenta revisão bibliográfica sobre esse tema.

tendo como resultados a criação da União Sul Americana das Nações (Unasul – 2008)⁴ e o projeto de integração física, instrumentalizado pela IIRSA (Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana), criada em 2000⁵.

Essa iniciativa visa “promover o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte, energia e comunicações dentro de uma visão regional”⁶. Sua origem está atrelada a uma determinação conjunta dos presidentes sul-americanos – liderados pelo Brasil – para concretizar o processo sul-americano de integração política, social e econômica. Alguns autores (Sarti e Hiratuka, 2010; Calixtre e Barros, 2010; Gudynas, 2008) afirmam que os projetos de infra-estrutura no âmbito da IIRSA estariam, na verdade, bastante orientados para fomentar corredores de exportação. Outros (Antunes, 2007; Couto, 2007) entendem que essa iniciativa, ao adensar a conexão física entre os países sul-americanos, permitiria aprofundar o processo de integração econômica entre esses países, bem como entre eles e o resto do mundo. Por outro lado, há autores (Paim, 2003; Ceceña et al, 2007) bastante críticos aos propósitos da IIRSA, principalmente no que diz respeito à insuficiência de avaliação dos impactos ambientais dos projetos.

As instituições financeiras responsáveis pelo financiamento das obras no âmbito da IIRSA são a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁷. Como aponta Baumann (2006), a atuação do BID,

4 O Tratado Constitutivo da Unasul foi assinado em maio de 2008, em Brasília-Brasil. Porém, sua origem é anterior a essa data, uma vez que em dezembro de 2004 foi assinada a Declaração de Cuzco a qual anunciou a fundação da Comunidade Sul Americana de Nações (Casa). Na reunião de Cochabamba-Bolívia, em 2006, os países sul-americanos definiram que passaria a se chamar União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

5 Sua criação resultou das discussões entre os doze presidentes sul-americanos durante a I Reunião, realizada em Brasília, em 2000. O destaque dessa reunião foi o tema da integração e infra-estrutura da América do Sul, e para tanto foi criada a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Em 2004, durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Cuzco-Peru, além da formalização da Comunidade Sul-Americana de Nações, os presidentes sul-americanos reafirmaram o respaldo a IIRSA, por meio da ‘Declaração de Ayacucho’ (Couto, 2007). Nessa ocasião, foi também apresentada uma lista de 31 projetos prioritários de infra-estrutura, que deveriam ser implementados até 2010. Com base nos dados Sige-IIRSA, em junho de 2010, 19 projetos estavam em processo de execução.

6 Retirado do *site* do IIRSA: <http://www.iirsa.org/index.asp?CodIdioma=ESP>

7 As referidas instituições compõem o Comitê de Coordenação Técnica (CCT) da IIRSA, cujas atribuições seriam: identificar projetos calcados em uma visão unificada; promover a participação da iniciativa privada no financiamento e operação dos projetos; identificar, quantificar e selecionar recursos – privados ou públicos – para o desenvolvimento dos projetos (Paim, 2003). Disponível em: http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes_financeiras/iirsa%202003.pdf. De fato, a IIRSA também conta com financiamento de outras fontes, como bancos privados, Tesouros Nacionais, União Européia etc.

em 1994, foi reformulada de modo a priorizar o apoio à integração regional nos termos do regionalismo dos anos 1990, isto é, tão somente viabilizar iniciativas que permitissem a integração das economias latino-americanas com o mercado mundial. O autor lembra que em 1999, para concretizar essa prioridade, o BID se voltou para o fomento da infra-estrutura regional. Em 2000, o banco adentrou no núcleo da IIRSA ao lado da CAF e do Fonplata – as quais foram criadas, por sua vez, na década de 1970, com o objetivo de financiar a integração regional com base no arcabouço do “velho regionalismo”⁸.

Por outro lado, a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de projetos de infra-estrutura, por meio do crédito concedido a empresas brasileiras que atuam no setor, é um aspecto que pode levar à complementação produtiva via regionalização de investimentos (Sarti e Hiratuka, 2010). Vale apontar que, em 2008, o IDE brasileiro no exterior chegou a US\$ 20,46 bilhões de dólares (Unctad, 2008). CAF e Fonplata, por sua vez, atuam na IIRSA em consonância com os seus objetivos originais, isto é, financiar a integração regional.

Deve-se ressaltar que na medida em que os acordos de integração objetivem ir além de uniões aduaneiras, os aspectos financeiros atinentes ao bloco integrado adquirem maior relevância. Isso quer pela necessidade de financiar o comércio e os investimentos na região, de forma a adensar a regionalização, quer pela necessária criação de instrumentos regionais que resguardem essas economias das insuficiências e problemas dos sistemas monetários e financeiros internacionais (Biancareli, 2008). No contexto de aumento de vínculos entre os países de um bloco, os bancos regionais e sub-regionais de desenvolvimento participariam na prestação de apoio às inversões em infra-estrutura regional, constituindo uma cooperação para o desenvolvimento e influenciando positivamente no desenvolvimento financeiro dos países (Birdsall, 2006).

A hipótese com a qual trabalhamos neste artigo é que se tem observado, na América do Sul, iniciativas de cooperação financeira regionais e sub-regionais ancoradas quer na institucionalidade do Mercosul, quer em outros projetos de integração no âmbito da América do Sul, e mesmo a partir de instituições financeiras nacionais que se articulam com os investimentos em infra-estrutura regional. En-

8 De modo sucinto, esse termo se refere à concepção defendida pela Cepal dos anos 1950 a meados dos anos 1970 pela qual as economias se integrariam sob um processo coeso, articulado e planejado de modo que o acordo integracionista constituiria ferramenta importante de superação das limitações do subdesenvolvimento (Baumann, 2005).

tendemos por cooperação financeira a utilização de instrumentos como acordos para compensação de transações comerciais entre moedas locais, fundos de reserva, bancos e fundos regionais, os quais melhoram as condições de financiamento dos países e reduzem sua vulnerabilidade externa, colaborando para a maior estabilidade macro (Fanelli, 2008). Isto posto, o objetivo do trabalho é discutir a cooperação financeira para o financiamento da infra-estrutura regional a partir da atuação recente de CAF, Fonplata e BNDES no financiamento dos investimentos em infra-estrutura que visam adensar a conexão física regional – tomando a IIRSA como referência.

Cooperação financeira e aprofundamento da regionalização sul-americana

No ápice do regionalismo aberto, nos anos 1990, alguns autores defenderam a idéia que o Mercosul deveria avançar no sentido de constituir uma união monetária⁹. Contudo, o que se verificou efetivamente nesse sentido foi a adoção de metas para o déficit, a dívida pública e a inflação¹⁰, as quais não foram cumpridas.

Antes de prosseguir nessa discussão deve-se reforçar que o Mercosul é um acordo de integração implementado na década de 1990, vale dizer, no contexto da liberalização dos mercados. Nessa concepção, entende-se que os blocos regionais sejam tão ou mais benéficos quanto maiores os ganhos líquidos de comércio dele resultantes¹¹. Para respaldar essa condução ‘comercialista’ do regionalismo, as po-

9 No debate brasileiro, Giambiagi (1997), e Giambiagi e Rigolon (1999) seriam representativos dessa posição convencional.

10 Em 1993, o Brasil propôs um regime de bandas de flutuação cambial baseadas na determinação de taxas reais bilaterais, o que implicaria na adoção do sistema de bandas a vigorar a partir de 1995 e cujo objetivo principal seria implantar um sistema de coordenação cambial para evitar as chamadas ‘desvalorizações competitivas’. Essa proposta, contudo, foi rechaçada. Outro exemplo importante se deu em junho de 2000, na XVIII Reunião do Conselho Mercado Comum. Por meio da Decisão n. 30/00, foram acordadas algumas metas para o endividamento do setor público e para a inflação. Na verdade, o maior avanço do Mercosul neste sentido está na harmonização das informações de alguns indicadores macro, tais como endividamento público, de índice de preços, como evidencia o site do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (Cunha e Bichara, 2005).

11 A análise tradicional das uniões aduaneiras afirma que esse esquema de integração gera bem-estar quando há criação de comércio e o contrário quando há desvio de comércio. O precursor desta acepção teórica para a integração é Viner (1950).

líticas macroeconômicas deveriam ser orientadas para preservar a estabilidade de preços e da taxa de câmbio. No limite, caberia a adoção de uma moeda única, vale dizer, a integração monetária.

Mais especificamente, o debate teórico sobre o tema da integração monetária tem como referência inicial, do ângulo da teoria econômica convencional, a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas (TAMO), desenvolvida a partir dos trabalhos pioneiros de Mundell (1961) e McKinnon (1963) e Kennen (1969). Nesta perspectiva, um conjunto de países é definido como ótimo para adotar uma moeda única caso possua características econômicas que a sustentem. Para Mundell, a mobilidade geográfica de fatores substitui a possibilidade de flutuação cambial para ajustar o balanço de pagamentos, tornando ótima uma área para união monetária. Para McKinnon, o temor de pressões inflacionárias quando aumenta a proporção de bens comercializáveis na cesta de consumo que justificaria a adoção de uma moeda única. Sendo assim, elevados graus de abertura na economia e mobilidade de fatores são características necessárias para atingir-se uma área monetária ótima (AMO), pois economias consideravelmente abertas são capazes de manejar suas políticas fiscal e monetária sem a necessidade de alterar a taxa de câmbio, dada sua elevada propensão para importar e exportar.

Dentro da teoria convencional contemporânea – novos clássicos e novos keynesianos –, as uniões monetárias são encaradas como instrumentos para:

[...] garantir a disciplina monetária via cumprimento de regra comum de emissão monetária e por meio do banco central da união, que permite fugir de pressões aos governos nacionais ou via acordos de constituição da união monetária, que evitam que os governos sigam políticas próprias de cobertura de déficits. (AMADO e MOLLO 2004, p.133).

Para os autores de tradição heterodoxa¹², contudo, não é o mercado o agente principal no processo de integração. Amado e Mollo (2004, p.133) lembram que “as propostas heterodoxas de integração entre países sempre buscaram preservar as especificidades e usar as complementaridades”, isto é, buscando colocar os acordos integracionistas em linha com objetivos domésticos, de forma a não aprofundar disparidades entre as economias-parte. Nesse sentido, e sob a concepção

12 Como lembra Cardim (2009), Prebisch – um dos fundadores do regionalismo estruturalista – teria sido o precursor das idéias keynesianas na América Latina.

de que as economias devem crescer articuladamente em conjunto, a coordenação de políticas macroeconômicas é entendida como fundamental para o aprofundamento da integração econômica, tanto por assegurar condições adequadas de concorrência entre os países, quanto por fortalecer suas economias (Faria, 1993). Dessa maneira, nem os argumentos “clássicos” que sustentam as áreas monetárias ótimas, tampouco seus desdobramentos mais recentes seriam relevantes para a discussão da integração monetária¹³.

Na verdade, os autores na tradição heterodoxa mostram-se bastante céticos quanto aos benefícios de uma integração monetária no caso do Mercosul¹⁴. Por outro lado, entendem que para o avanço do processo integracionista é imprescindível o estreitamento das relações financeiras entre os países envolvidos. Ademais, a reflexão mais recente dos autores de tradição keynesiana sobre o tema tem respondido à necessidade de avaliar as iniciativas de cooperação implementadas no sudeste da Ásia¹⁵, as quais sugerem que a integração regional deve também buscar reduzir os riscos associados à abertura de suas economias-parte. Entende-se, assim, à luz da experiência recente da Ásia, que a cooperação financeira regional, em certa medida, poderia complementar a arquitetura financeira internacional (Cunha e Bichara, 2005). De forma mais específica, alguns autores entendem que as instituições financeiras regionais e sub-regionais teriam uma vantagem explícita em relação aos seus congêneres de maior porte e abrangência – os bancos multilaterais – uma vez que são conduzidas pelos próprios governos dos países que

13 Para Arestis et al (2003), por exemplo, o impacto econômico do euro seria deflacionário e desestabilizador, sendo o projeto de moeda única amparado por arranjos institucionais e políticos falhos.

14 Deve-se mencionar autores que, alinhados teoricamente ao pensamento convencional, mostram-se entusiastas dessa integração no âmbito do Mercosul. Giambiagi (1997) destaca vantagens para os países mercosulinos advindas de uma integração monetária. Para ele, um banco central único, uma moeda única e um sistema monetário unificado extirpariam a inflação nesses países, tornando o espaço mercosulino mais atrativo a investimentos estrangeiros. Isso porque levariam à ampliação das economias de escala, ao desaparecimento do risco cambial, à redução das taxas de juros e da incerteza cambial, além do desaparecimento dos custos de transação no interior da região, o que favoreceria o comércio regional e o turismo.

15 Em 1999, os países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático criaram o Asian Surveillance Process (ASP), com o objetivo de intercambiar informações e aproximar as equipes ligadas aos Ministérios da Economia dos países. De acordo com Fanelli (2008), um aprofundamento importante nessa trajetória deu-se em 2000 com a institucionalização da Iniciativa Chiang Mai (CMI) entre os países membros do ASEAN + 3 (ASEAN mais China, Japão e Coreia). A iniciativa de Chiang Mai determina a criação de um fundo que auxilia os países da região a enfrentar situações de volatilidade com restrições de divisas a curto prazo por meio de arranjos de *swaps* – inicialmente bilaterais e, mais recentemente, multilaterais. Outro mecanismo criado foi o *Asian Bond Markets Initiative* (ABMI) busca desenvolver um mercado de bônus com liquidez e eficiência e, assim, melhor utilizar o *funding* dessa região. O objetivo central é evitar a dependência dos títulos de curto prazo em dólares.

recebem os recursos, de maneira que responderiam mais a contento às necessidades destes (Gudynas, 2008; Ocampo, 2006; Culpeper, 2006). Segundo Titelman (2006), uma avaliação das carteiras dos bancos multilaterais de abrangência mundial, relativamente às dos bancos regionais, levou à conclusão de que as últimas se adequam melhor ao contexto dos países da região. Outro aspecto a destacar é que, conforme Sagasti e Prada (2006), nos últimos anos esses bancos¹⁶ têm financiado setores e projetos de desenvolvimento mais complexos, nos quais é menos provável que as instituições financeiras privadas intervenham.

De fato, pode-se observar a existência, na América do Sul, de uma gama de instituições financeiras regionais e sub-regionais. Boa parte delas, sobretudo aquelas criadas nas décadas de 1960 e 1970, encontra-se atrelada a acordos de integração. Na verdade, a criação de instituições financeiras regionais nesse período visava apoiar financeiramente a concepção desenvolvimentista da integração então vigente. Em linhas gerais, esta entendia a integração no contexto de um projeto para superar os obstáculos estruturais ao processo de industrialização. Dentre as instituições criadas nesse contexto podemos citar o Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE, 1961); o Acordo de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR, 1965); o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC, 1969); a Corporação Andina de Fomento (CAF, 1971); o Banco Latino-americano de Exportações (BLADEX, 1972); e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (FONPLATA, 1976). Durante os anos 1990, essas instituições se mantiveram, em grande medida, subutilizadas, e não foram criadas outras com esse perfil (Culpeper, 2006).

Recentemente, no entanto, foram instituídos, no âmbito do Mercosul, o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem) – que passou a operar em 2007 – e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), em funcionamento desde 2008. Atrelado à constituição da União Sul Americana das Nações (Unasul – 2008), por sua vez, foi criado o Banco do Sul, que ainda não entrou em operação. Essa inflexão, relativamente à perspectiva dos anos 1990, constitui tentativa de revigorar a integração na América do Sul sob uma orientação voltada para as dimensões social e político-institucional da integração econômica (Souza et al, 2010).

Na verdade, deixar que um processo de integração entre economias periféricas seja conduzido pelos ditames da liberalização de mercados equivale a não sus-

16 Sagasti e Prada (2006) realizaram um estudo comparativo entre os principais bancos sub-regionais e regionais de desenvolvimento existentes.

tentar um projeto de integração que estimule melhorias nas debilidades apresentadas pelos países envolvidos. Nesse sentido, os Estados-parte “[...] têm que criar instituições e mecanismos financeiros [...]” (Amado e Silva, 2000, p.594) capazes de promover o manejo da liquidez, de financiar o balanço de pagamentos, bem como de financiar os investimentos. Dentre esses, há que se destacar o investimento em infra-estrutura para elevar os níveis de renda e emprego, uma vez que por meio dele é possível incrementar o retorno de recursos privados, materializando-se em incentivo aos investimentos. Não obstante, a construção da infra-estrutura regional é especialmente relevante na medida em que permite a complementação produtiva, isto é, na medida em que favorece não só o investimento e o comércio intra-regional, mas permite a constituição de cadeias produtivas em âmbito regional¹⁷ (Niembro et al, 2010; Sarti e Hiratuka, 2010).

O aprofundamento da regionalização sul-americana nos anos 2000 vem ocorrendo por meio de investimentos em infra-estrutura, o que é imprescindível tanto para o aprofundamento da integração comercial e integração produtiva, quanto para o crescimento econômico destes países. Nesse contexto, dado que a abertura financeira não resolveu os problemas crônicos de falta de recursos privados para o *funding* dos investimentos, as instituições financeiras regionais tem se mostrado como alternativas para viabilizar um novo ciclo de investimentos em infra-estrutura. Na seção seguinte analisaremos a atuação de três instituições financeiras no âmbito do IIRSA, quais sejam: (i) Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (Fonplata); (ii) Corporação Andina de Fomento (CAF) e (iii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Cooperação financeira regional e financiamento da infra-estrutura

A partir de Fanelli (2008) e Ocampo (2006), as iniciativas de cooperação financeira regional podem ser tratadas em duas dimensões. Na primeira estão aquelas cujo objetivo predominante é otimizar a liquidez externa. Na América do Sul, podemos enquadrar nessa dimensão da cooperação o Convênio de

17 Vale ressaltar que, em 2008, o estoque de investimento externo direto (IED) brasileiro no exterior foi da ordem de US\$ 75 bilhões – o equivalente a 4,76% do PIB – e descontados os paraísos fiscais de US\$ 37 bilhões (Sarti e Hiratuka, 2010).

Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e o Fundo Latino Americano de Reservas (FLAR)¹⁸. Na segunda estão as iniciativas voltadas, principalmente, para melhorar as condições de acesso ao financiamento de longo prazo – Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem), *Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata* (Fonplata) e Corporação Andina de Fomento (CAF). A esse conjunto de instituições, de caráter regional ou sub-regional, destinadas ao financiamento dos investimentos na América do Sul, podemos acrescentar o BNDES. Essa instituição, contudo, apresenta algumas notáveis peculiaridades. A primeira é que não se trata de instituição de caráter regional ou sub-regional, mas sim de um banco de desenvolvimento cujo acionista único é o Estado brasileiro, mas que, apesar disso, tem financiado a regionalização sul-americana. Gudynas (2008) o denominou, por isso, banco nacional com cobertura regional. E a segunda característica notável é que a referida instituição é a maior, dentre as citadas, em qualquer critério.

Como diferentes autores apontam (Culpeper, 2006; Biancareli, 2008), essas instituições estão relacionadas com o aprofundamento da regionalização sul-americana. Assim, Focem e SML estão atrelados à institucionalidade do Mercosul, CAF à Comunidade Andina de Nações (CAN)¹⁹, CCR à Aladi (Associação Latino-americana de Integração), e o Banco do Sul à União Sul-Americana de Nações (Unasul). Já o Fonplata é vinculado aos cinco países que compõem a Bacia do Prata, vale dizer, os países membros do Mercosul e a Bolívia. O BNDES, por sua vez, pertence integralmente ao governo do Brasil, mas a partir de 2003 essa instituição incorporou como objetivo estratégico financiar a integração da América do Sul.

O quadro abaixo apresenta, de maneira sucinta, alguns aspectos relevantes das instituições em análise: Fonplata, CAF e BNDES.

18 Para uma análise mais aprofundada destas instituições, consultar Deos et al (2010).

19 Até 2005, apenas Bolívia, Equador, Peru, Colômbia e Venezuela eram acionistas série "A". Com a aprovação em Assembleia Extraordinária de Acionistas do *Protocolo Modificatório ao Convenio Constitutivo* da CAF, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai subscreveram acordos de capital ordinário e adicional em US\$ 1,5 bilhão. Fonte: <http://www.caf.com/view/index.asp?ms=19&pageMs=61420>

Quadro 1 | Fonplata, CAF e BNDES: aspectos selecionados

	Fonplata(1974)	CAF(1970)	BNDES(1952)
Natureza e Objetivos da instituição	Sua atuação e objetivos o aproximam de um banco sub-regional de desenvolvimento. Financiar projetos de infra-estrutura, na Bacia do rio da Prata, que induzissem o desenvolvimento e a integração entre os países.	É um banco sub-regional de desenvolvimento Sua criação, ligada a um acordo de integração (Aladi), é considerada um marco do regionalismo na América do Sul. (Furtado, 2000). Objetiva apoiar a Integração regional como política avançada de desenvolvimento.	Criado na década de 1950 é, desde então, o principal mecanismo de financiamento de longo prazo do sistema financeiro do Brasil. Tem sido chamado, mais recentemente, de "banco nacional com cobertura regional" (Gudynas, 2008). Isso porque incorporou em sua missão e prática recentes o financiamento da integração regional.
Indicadores Selecionados (2008*)	Ativo total: US\$ 468,59 milhões; Patrimônio líquido: US\$ 467,34 milhões; Capital pago: US\$ 411 milhões; Carteira de empréstimos: US\$ 346,96 milhões; Desembolsos: US\$ 5,84 bilhões.	Ativo total: US\$ 14,27 bilhões; Patrimônio líquido: US\$ 4,55 bilhões; Capital pago: US\$ 2,18 bilhões; Carteira de empréstimos: US\$ 10,26 bilhões; Desembolsos: US\$ 35,20 milhões.	Ativo total: US\$ 116,43 bilhões; Patrimônio Líquido: US\$ 10,81 bilhões; Capital pago: US\$ 5,94 bilhões; Carteira de Empréstimos: US\$ 97,7 bilhões; Desembolso: US\$ 34 bilhões; Desembolso do BNDES-Exim: US\$ 6,6, bilhões.

Fonte: Fonplata: Memória Anual 2008 e www.fonplata.org/cifras para as informações de 2008; CAF Informe Anual 2009; BNDES: www.bndes.gov.br

* Uma vez que este quadro tem como fim comparar as instituições adotamos como referência o ano de 2008, para o qual todos os dados estavam disponíveis.

Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (Fonplata)

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (Fonplata) foi criado em 1974²⁰, como resultado das negociações iniciadas em meados da década de 1960 entre os governos dos cinco países que compõem a Bacia

20 Foi subscrito durante a VI Reunião de Chanceleres dos países da Bacia do Prata, celebrada em Buenos Aires em junho de 1974. A primeira sede oficial do Fonplata foi Sucre, Bolívia, mas mudou-se para Santa Cruz de la Sierra, também na Bolívia, em dezembro de 2002. O fundo também conta com um escritório em Assunção (Paraguai), desde 1989 (Fonplata, 2008).

do Prata²¹ e que resultou na assinatura do Tratado da Bacia do Prata, em 1969. Esse tratado institucionalizou o sistema hidrográfico do Prata, de modo que seus integrantes firmaram compromisso em promover o desenvolvimento harmonioso e a integração física da Bacia do Prata. Hirst (1988, p.59) destaca o aspecto fundamental do compartilhamento de infra-estrutura para alicerçar o caminho para a integração entre os países do Cone Sul: “não cabe dúvida de que a dissipação do conflito, essencialmente estratégico, em torno da exploração dos recursos hidroelétricos do rio Paraná foi decisiva para atenuar antigas rivalidades entre os dois países.”

Sua base de capital, de US\$ 410,6 milhões em 2008, formou-se a partir da contribuição original dos países membros, sendo este seu *funding* principal. Do total de capital pago, Brasil e Argentina contribuíram cada um, com 33,3%, e Bolívia, Paraguai e Uruguai, juntos, com os 33,3% restantes.²² Em 2009, a carteira ativa de empréstimos do Fonplata era de US\$ 431,52 milhões e a carteira de cooperações técnicas totalizou US\$ 2,17 milhões. Nessa última, destaca-se a participação do Fonplata no financiamento de projetos no âmbito da IIRSA, com US\$ 600 mil²³.

O objetivo original do Fundo, qual seja, financiar a integração entre os países do Mercosul e a Bolívia por meio de obras de infra-estrutura no rio da Prata, tem se operacionalizado por meio do CIC – Comitê Internacional Coordenador dos Países da Bacia do Prata – e do CIH – Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, que datam de 1970 e 1990, respectivamente. Esses comitês conformam uma estrutura organizativa para o desenvolvimento da Bacia do Prata por meio da infra-estrutura, o que possibilitaria consolidar as relações econômicas entre os países do Mercosul – mais Bolívia – e entre eles com terceiros países. Ao CIC cabe promover ações comuns entre esses países, que levem ao desenvolvimento integrado da Bacia do rio da Prata, e prestar assistência técnica e financeira que organize o apoio dos organismos internacionais convenientes. Enquanto ao CIH cabe instrumentalizar a hidrovia Paraguai-Paraná.

Vale observar, contudo, que o objetivo original do Fonplata – de financiar a infra-estrutura regional – foi ratificado com sua participação na IIRSA, cujo foco

21 A Bacia do Prata compreende as bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e da Prata, nos territórios da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

22 Isto é, o Brasil tem um terço, Argentina também um terço e os outros três países, juntos, mais um terço. Os aportes são efetuados 50% em dólares norte-americanos e 50% em moedas dos respectivos países membros, sob cláusulas de ajuste das paridades com o dólar. Os aportes de Argentina e Brasil se efetuam em um prazo de três anos, enquanto de Bolívia e Uruguai em um prazo de dez anos e em quotas proporcionais.

23 Como a base de dados da IIRSA não traz o Fonplata, essa informação foi retirada diretamente do *site* dessa instituição.

de atuação se daria nos seguintes eixos: Mercosul-Chile; Capricórnio e Hidrovia Paraná-Paraguai. *Corporação Andina de Fomento (CAF)*

Outra instituição financeira multilateral sub-regional que se enquadra nas características de um banco de desenvolvimento é a Corporação Andina de Fomento (CAF)²⁴ cuja criação, em fins dos anos 1960, justificava-se pela necessidade de apoiar a integração entre os países andinos (Furtado, 2007). Em 2009, seu capital era de US\$ 2,4 bilhões, e o volume de ativos de US\$ 14,2 bilhões. Nos anos 1990, em certa medida, ela foi “esquecida” pelos governos dos seus países membros (Culpeper, 2006), sendo que a entrada em operação da IIRSA, no início dos anos 2000, redimensionou a importância dessa instituição financeira regional (Gudynas, 2008).

Em 2009, a carteira de empréstimos desse banco sub-regional foi 63% superior a 2004. Os maiores acionistas, os países andinos, são detentores de maior participação na carteira de empréstimos – US\$ 6,78 bilhões, em 2009, que corresponde a uma expansão de 22,8% em relação a 2004. Os países do Mercosul, por sua vez, tiveram uma participação de US\$ 2,8 bilhões em 2009, que representa um aumento de 6,57% em relação a 2004. Nota-se que ao longo do período 2004-2009, a participação de outros países na carteira de empréstimos da CAF aumentou mais que a participação dos países andinos, o que aponta que essa instituição, originalmente voltada para a integração dos países dos Andes, vem de fato atuando, crescentemente, como uma instituição sul-americana (CAF, 2010).

Como já apontado, sua importância em prover recursos de longo prazo tem sido crescente: em 2009, os financiamentos de longo prazo alcançaram US\$ 10 bilhões (86% do total), enquanto os de médio prazo atingiram US\$ 432 milhões (3,69% do total) e os de curto prazo totalizaram US\$ 1,1 bilhão (9,82% do total). No acumulado 2004-2009, os financiamentos de longo prazo totalizaram US\$ 47 bilhões – 88% do total da carteira de empréstimos da CAF no período. Foram setores como transporte/armazenamento/telecomunicações e eletricidade/gás/água que, em 2009, apresentaram as maiores participações na carteira de empréstimos da CAF: 31% (US\$ 3,6 bilhões) e 25% (US\$ 2,9 bilhões), respectivamente.

No âmbito da IIRSA, a participação da CAF no financiamento de obras do setor de transportes alcançou US\$ 1,07 bilhão, e para o setor de energia, o envol-

24 São países membros da CAF: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad y Tobago, Uruguai, Venezuela e quatorze bancos privados da região.

vimento dessa instituição foi da ordem de US\$ 1,14 bilhão. Essa instituição foi, assim, a principal fonte de financiamento das obras desses setores²⁵, sendo de US\$ 1,9 bilhão o montante total da sua participação na IIRSA de 2003 até julho de 2010.

Vale ressaltar que foi a partir dessa iniciativa de regionalização que se intensificou a concessão de financiamento para infra-estrutura pela CAF. De fato, de 1980 a 1993, as aprovações, pela CAF, de crédito direcionado à infra-estrutura eram virtualmente inexistentes, o que começa a se alterar a partir de fins da década de 1990 e, principalmente, a partir de 2002, quando as aprovações se aproximaram de US\$ 3 bilhões (Kogan, 2008 *apud* Rojas, 2010). Fonplata e CAF, recentemente, têm se especializado cada vez mais no financiamento de projetos de infra-estrutura voltados para a promoção da integração regional, e para incrementar a competitividade dos países da região (Ocampo, 2006). Esse maior espaço dos projetos de infra-estrutura na carteira destas duas instituições demonstra aderência àquilo que alguns autores apontam como sendo um princípio básico de instituições regionais e sub-regionais: “cumprir funções específicas e localizadas que nem sempre as instituições mundiais, e nem sequer as regionais, abarcam adequadamente” (Sagasti e Prada, 2006, p.101). Na verdade, desde os anos 1990 as instituições multilaterais – como BID e Banco Mundial – deixaram de priorizar o financiamento da infra-estrutura (Rojas, 2010).

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1952, é um banco de desenvolvimento cujo capital pertence inteiramente ao governo federal brasileiro. O banco é crucial, pois, para a execução de políticas de investimento ao prover, direta ou indiretamente, um volume financiamento de longo prazo que corresponde a cerca de 20% de todo o crédito do sistema bancário brasileiro ao setor privado. O volume total de ativos detido pelo banco em 2009 era de US\$ 217 bilhões e a carteira de créditos de US\$ 162,7 bilhões (BNDES, 2011).

A atuação do BNDES com vistas à integração da infra-estrutura sul-americana, por sua vez, tem se dado de maneira expressiva por meio do financiamento

25 Dados obtidos a partir da base de dados do IIRSA – www.iirsa.org/proyectos. Acesso em julho de 2010.

da internacionalização de empresas brasileiras que atuam de forma importante na IIRSA²⁶. Na verdade, o BNDES incorporou em sua missão, a partir de 2003, o objetivo estratégico de atuar como órgão financiador da integração da América do Sul, financiando as exportações de bens e serviços para a região, os investimentos diretos de empresas brasileiras e a integração da infra-estrutura regional (Mantega, 2005). A primeira empresa a receber financiamento específico para internacionalização foi o frigorífico Friboi, que recebeu recursos para a compra de 85,3% da empresa argentina Swift Armour S.A.

De acordo com informações disponibilizadas pelo banco: “o financiamento à exportação de bens e serviços brasileiros destinados a projetos de infra-estrutura no exterior representou desembolsos de US\$ 665 milhões em 2007, valor três vezes maior do que a média dos últimos dez anos, período no qual se iniciou esse tipo de financiamento.” (BNDES, 2008, p. 80). Os desembolsos do BNDES-Exim²⁷ para a área de infra-estrutura correspondem, majoritariamente, ao financiamento de serviços de engenharia e de construção executados por empresas brasileiras – empreiteiras – no exterior, muitos dos quais no âmbito do IIRSA. Em 2008, os desembolsos totais nas linhas BNDES-Exim foram da ordem de US\$ 6,6 bilhões, um recorde desde a criação dessas linhas, em 1990 (BNDES, 2009). É importante ressaltar, contudo, que o volume de financiamento do BNDES outorgado para projetos da IIRSA é modesto em relação a suas outras fontes. Em junho de 2010, a carteira de projetos da IIRSA apresentava um custo estimado de US\$ 95 bilhões, sendo que o BNDES estaria financiando projetos em execução no valor aproximado de US\$ 300 milhões²⁸.

Algumas das empresas brasileiras que se internacionalizaram recentemente consideram que o maior apoio que estão recebendo por parte do governo brasileiro, para viabilizar sua estratégia de internacionalização, é o financiamento que o BNDES oferece. Mas, em geral, poucas afirmaram que o suporte estatal jogou um papel de protagonista em sua internacionalização. Contudo, Deos et al (2010) mostram que, de um grupo de trinta e quatro importantes empresas brasileiras que realizaram IDE, em 2007, trinta e duas delas mencionaram, em seus relatórios anuais, a obtenção de financiamentos do BNDES – ainda que tais recursos não

26 Odebrecht, Petrobrás, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão são algumas das empresas brasileiras que recebem financiamento do BNDES para realizar obras de infra-estrutura nos países vizinhos.

27 O BNDES-Exim corresponde à carteira do BNDES destinada ao financiamento de exportações e importações de bens e serviços.

28 Com base em dados da IIRSA: <http://www.iirsa.org/proyectos/principal.aspx?idioma=ES>.

tenham sido usados, especificamente, para tal fim. Denota-se, assim, e mesmo que de forma indireta, o importante envolvimento desse banco no suporte à internacionalização das empresas brasileiras. Na verdade, a concessão de financiamento, pelo maior banco público sul-americano, para a internacionalização de empresas da maior economia regional é, sem dúvida, um elemento importante a ser considerado quando se avalia o processo mais recente de regionalização dos investimentos brasileiros.

No que diz respeito aos projetos no âmbito da IIRSA, no eixo Andino, por exemplo, o BNDES estaria financiando US\$ 89,9 milhões, enquanto a CAF aportaria US\$175 milhões – trecho rodoviário Cuchu Ingenio-Santa Bárbara, que liga Peru e Bolívia²⁹. Outro eixo no qual esse banco público brasileiro atua é o Interoceânico Central, no projeto Pavimentación Potosí-Tupiza-Villazón, também em parceria com a CAF. O total a ser financiado é de US\$ 252 milhões, dos quais cabem ao BNDES US\$ 132 milhões. Até o momento, o banco brasileiro desembolsou US\$ 54 milhões para o trecho Bella Vista – Vitichi – Cotagaita³⁰, enquanto a CAF teria desembolsado US\$ 88 milhões. Vale ressaltar que ambos projetos visam aprimorar as rodovias que ligam departamentos da Bolívia, bem como promover a conexão do território boliviano com a Argentina.

É como parte da estratégia do BNDES de atuar de maneira significativa no financiamento da integração regional, eventualmente estendendo este apoio a empresas outras que não as de capital nacional, que se pode compreender a cooperação que vem se firmando entre BNDES e CAF. Em 2005 foi assinado um memorando de entendimento que estabeleceu os mecanismos de cooperação entre as duas instituições, para fomentar a atuação conjunta em financiamentos de projetos orientados para a integração regional (BNDES, 2005). A partir de então, foi possível às instituições co-financiar investimentos nos dezessete países membros da CAF de acordo com suas respectivas políticas operacionais. De acordo com Mantega (2005), o objetivo mais específico da cooperação seria aumentar o volume de projetos viabilizados na América do Sul mediante a ampliação de garantias e pela realização de projetos (financiamentos) conjuntos.

29 As obras deste trecho teriam sido interrompidas em função de problemas com a construtora.

30 Dados obtidos a partir da base de dados do IIRSA – www.iirsa.org/proyectos. Acesso em julho de 2010.

Considerações Finais

No bojo do processo de desregulamentação e liberalização dos mercados que predominou nos anos 1990, a indústria de serviços de infra-estrutura da região passou por uma transformação estrutural marcada pelo fim de monopólios estatais, estimulando a participação de empresas privadas no provimento de serviços de telecomunicações, energia, serviços sanitários e de transportes. Efetivamente, o investimento em infra-estrutura na América Latina representou, em média, 3,7% do PIB entre 1980 e 1985. A partir daí, esse investimento caiu, vindo a representar, no período 2002-2006, em média, 1,46% do PIB (Rojas, 2010). Neste período, o investimento privado em infra-estrutura representou 0,90% do PIB da América Latina, distribuindo-se entre as áreas de telecomunicações – 0,47%, energia – 0,29% e transporte terrestre – 0,12%. Os investimentos de origem pública – 0,48% do PIB –, por sua vez, foram alocados como segue: 0,01% em telecomunicações, 0,14% em energia e 0,33% para transporte terrestre (Rojas, 2010). Na verdade, o que esses dados indicam é que a redução dos investimentos públicos em infra-estrutura, ao longo das décadas de 1980 e 1990, levou a uma queda significativa no total desses investimentos, posto que, claramente, o gasto público não foi compensado pelo privado. De fato, a diminuição da participação dos Estados nos investimentos em infra-estrutura, sem a compensação direta na forma de um aumento nos investimentos privados, resultou em um enorme déficit de infra-estrutura no continente, o qual precisa ser provido urgentemente. Nesse contexto, aumentou a importância das agências de financiamento na viabilização das obras para a integração física sul-americana.

Nessa linha, o presente trabalho evidenciou a atuação de um conjunto de instituições financeiras voltadas para aprofundar a regionalização sul-americana. Apontamos para o marco representado pela criação, em 2000, da Iniciativa para a Integração Regional Sul Americana (IIRSA), que organizou prioridades de investimento em infra-estrutura com vistas à conexão física entre os países sul-americanos. Além disso, embora não se possa afirmar ter ocorrido completa reversão dos supostos do regionalismo aberto, é possível notar movimentos – como a criação, no âmbito do Mercosul, de novos mecanismos financeiros, bem como o reforço de outras instituições financeiras cuja origem remonta ao ‘velho regionalismo’ – que sinalizam inflexões importantes

Para evidenciar esse movimento, analisamos o comportamento recente de três instituições, quais sejam: Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Fi-

nanceiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (Fonplata) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dentre essas instituições, deve-se destacar o BNDES. Em primeiro lugar, por ser a maior dentre elas, do ponto de vista de qualquer indicador, e em segundo lugar, por ser uma instituição nacional com abrangência regional. Como já apontamos anteriormente, o BNDES incorporou em sua missão como objetivo estratégico, desde 2003, atuar como órgão financiador da integração da América do Sul, quer apoiando as exportações de bens e serviços para a região, quer apoiando os investimentos diretos de empresas brasileiras, ou mesmo financiando a integração da infraestrutura regional. E foi possível observar que essa dimensão do banco veio, de fato, crescendo de importância nos anos mais recentes. Sua atuação neste sentido é articulada à CAF e ao financiamento da internacionalização de empresas brasileiras na região.

A CAF, por sua vez, é um banco sub-regional de desenvolvimento de tamanho significativo, enquanto o Fonplata é um fundo financeiro que reúne características que o aproximam de um banco de desenvolvimento, mas com menor tamanho e capacidade de atuação. Guardadas as devidas diferenças, ambos têm concedido volume importante de empréstimos aos países-parte, destinados, nos últimos anos, sobretudo a investimentos em infra-estrutura. Esse significativo financiamento de projetos de infra-estrutura se dá com o objetivo de promover a integração regional e incrementar a competitividade dos países da região. Como foi demonstrado na seção terceira deste trabalho, o volume de financiamento concedido pela CAF é relativamente mais importante e tem se destinado a obras nas áreas de transporte e telecomunicações, nas quais os países da região apresentariam consideráveis deficiências.

Por fim, é possível inferir que a articulação mais recente entre os países sul-americanos em torno do fomento à infra-estrutura regional desencadeou pelo menos dois movimentos novos importantes: dinamizou a internacionalização de empresas brasileiras³¹ – apoiadas pelo (BNDES) e, sobretudo, no âmbito da IIRSA –, bem como deu novo impulso à atuação da CAF e do Fonplata. Apesar da carteira de projetos, no âmbito da IIRSA, ser criticada por alguns autores por ser mais voltada para a abertura de “corredores de exportação, o fato é que a construção de rodovias, hidrelétricas, redes de transmissão de energia elétrica e de telecomunicações em países com carências desta ordem torna-se, efetivamente, uma ferra-

31 Para maiores informações ver Sarti e Hiratuka (2010).

menta importante para o desenvolvimento econômico, contribuindo para alterar a dinâmica regional.

Referências bibliográficas

- AMADO, A. M. ; MOLLO, M. L. Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.34, n.1, pp.129-156, 2004.
- AMADO, A.M.; SILVA, A.S. da. Considerações sobre o processo de integração monetário-financeira do Mercosul. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.30, n4, p.571-596, out/dez 2000.
- ARESTIS, P. et al. O euro e a UME: lições para o MERCOSUL. *Economia e Sociedade*, Campinas-SP, v.12, n.1(20). pp.1-24, jan/jun 2003.
- BAUMANN, Renato. *Integração econômica regional e o desenvolvimento econômico – com referência a Celso Furtado*. CEPAL – Escritório Brasil, 2005. 12p.
- BIANCARELI, A. M. *Inserção externa e financiamento: notas sobre padrões regionais e iniciativas para a integração na América do Sul*. Campinas, 2008. (mimeo).
- BIRDSALL, N. Overcoming coordination and attribution problems : meeting the challenge of underfunded regionalism. IN : KAUL, I. ; CONCEIÇÃO, P. (Eds). *The new public finance*. Nova Iorque : Oxford University Press. 2006.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Balanço Consolidado. *BNDES*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/empresa/download/balanco_2008.pdf
- BNDES. BNDES e CAF Assinam Memorando para Atuação Conjunta na América Latina e Caribe. *BNDES*, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/noticias/2005/not303_05.asp.
- CARDIM, Fernando J. Carvalho. Economic integration and development in Latin America: perspectives for Mercosul. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.32, n.2, p.235-248, 2009.
- CARVALHO, C.E. et al. Banco do Sul: a proposta, o contexto, as interrogações e os desafios. IN: VADELL, J.; CAMPOS, T. (Orgs). *Os Novos Rumos do Regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul*. Belo Horizonte, Editora da PUC-MG, a ser publicado em 2010.
- CECEÑA, A.E. et al. Territorialidad de la dominación: integración de la infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, Buenos Aires, 2007. 60p.

- CORAZZA, Gentil. O 'regionalismo aberto' da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v.27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.
- COUTO, Leandro Freitas. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.50, n.1, p.159-176, 2007.
- COUTO, Leandro Freitas. Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula. *Civitas*, Porto Alegre, v.10, n.1, p.23-44, jan/abr 2010.
- CULPEPER, Roy. Reforma de la arquitectura financiera mundial: el potencial de las instituciones regionales. IN: OCAMPO, José Antonio (Org). *Cooperación Financiera Regional*. Santiago do Chile: Livros da Cepal, n. 91, p. 57-90, 2006.
- CUNHA, A.; BICHARA, J. Integração monetária e financeira em regiões emergentes: a experiência recente do Pacífico Asiático pode servir de inspiração para o Mercosul? *Economia e Sociedade*, Campinas-SP, v.14, n. 25, 2005.
- DEOS, S. S. de et al. Financiamento do investimento num contexto de cooperação financeira: avaliando os avanços no âmbito do Mercosul. IN: DEOS, S. S. et al. *Perspectivas do investimento na dimensão do Mercosul e da América Latina*. Relatório Final do Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil – BNDES-IE/UFRJ-IE/Unicamp, set/2009, p.108-215.
- FANELLI, J. M. (2008). MERCOSUR: integración y profundización de los mercados financieros. In: FANELLI, J. M. (Coord.). *MERCOSUR: integración y profundización de los mercados financieros*. Montevideo: Zonalibro. pp. 11-38.
- FARIA, José Ângelo Estrella. *O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção*. Brasília: MRE/SGIE/NAT, 1993.193p.
- FONPLATA. Memória Anual 2008. *FONPLATA*, Santa Cruz de la Sierra, 2008. Disponível em: <http://www.fonplata.org/publicaciones/Publicaciones/Memoria%20Anual%202008.pdf>
- FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª Ed, 2007. 494p.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 355p.
- GIAMBIAGI, F. Uma proposta de Unificação Monetária dos países do MERCOSUL. *Ensaios BNDES*, Rio de Janeiro, n. 4, 1997.
- GIAMBIAGI, F.; RIGOLON, F. Áreas monetárias ótimas: teoria, unificação monetária europeia e aplicações para o Mercosul. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v.3, n.1, p. 29-99, 1999.
- KENNEN, P. The theory of optimum currency areas: an eclectic view. In: MUNDELL, R.; SWOBODA, A. (Eds.). *Monetary problems of the international economy*. Chicago: University of Chicago Press, 1969. p. 41-60.

- MANTEGA, G. Integração da Infraestrutura de América do Sul. *Anais*. Foz do Iguaçu: Primeira Rodada de Consultas para Construção da Visão Estratégica Sul-Americana no Brasil, 2005. 16 slides.
- McKINNON, R. (1963). Optimum currency areas. *American Economic Review*, v.53. 1963.
- MOTTA VEIGA, P.; RÍOS, S. *O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. Santiago: CEPAL (Serie Comercio Internacional 82), 2007. 48 p.
- MUNDELL, R. A theory of optimum currency areas. *American Economic Review*, v. 51, p. 657-665, 1961.
- NIEMBRO, A. O papel do Mercosul na entrada de IDE no Brasil e na internacionalização de empresas brasileiras. IN: DEOS, S. S. et al. *Perspectivas do investimento na dimensão do Mercosul e da América Latina*. Relatório Final do Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil – BNDES-IE/UFRJ-IE/Unicamp, set/2009, p.13-104.
- OCAMPO, J. A. La cooperación financiera regional: experiencias y desafíos. In: Ocampo, J. A. (Org. 2006). *Cooperación financiera regional*. Santiago: Cepal (libros de la Cepal no. 91), 2006. p. 13-56.
- PAIM, Elisângela Soldatelli. IIRSA: é esta a integração que nós queremos? Núcleo Amigos da Terra Brasil, Porto Alegre, 2003, 37p. Disponível em: http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes_financeiras/iirsa%202003.pdf
- ROZAS, Patricio. América Latina: problemas y desafíos del financiamiento de la infraestructura. *Revista Cepal*, Santiago do Chile, n.101, pp.59-83, agosto/2010.
- SÁEZ, Sebastián. *La integración en busca de un modelo: los problemas de convergencia en América Latina y Caribe*. CEPAL – División de Comercio Internacional e Integración, Santiago do Chile, julho/2008, 49p.
- SAGASTI, F.; PRADA, F. (2006) Bancos regionales de desarrollo: una perspectiva comparativa. In: OCAMPO, Jose Antonio (Org). *Cooperación financiera regional*. Santiago: Livros CEPAL n. 91, p. 91-129.
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. *Internacionalização de empresas brasileiras no período recente*. Relatório Final Projeto de Pesquisa IPEA/IE-Unicamp, maio/2010, 46p.
- SOUZA, A.M. et al. Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. IPEA: *Texto para Discussão* nº 1477. Rio de Janeiro, março/2010. 49p.
- TITELMAN, D. La cooperación financiera en el ámbito subregional: las experiencias de América Latina y el Caribe. In: OCAMPO, J. A. (Org). *Cooperación financiera regional*. Santiago: Livros CEPAL n. 91, 2006. p. 241-268.
- UNCTAD. World Investment Report. *Transnational Corporations, Extractive Industries and Development*. New York, Genebra: United Nations, 2007. 323p.